

PARECER: 0078/2025-G2P

PROCESSO: 11.814/2014

ASSUNTO: Auditoria de Regularidade

EMENTA: Auditoria de regularidade. Procuradoria-Geral do Distrito Federal e Defensoria Pública do Distrito Federal. Plano Geral de Ação para 2014. Verificação, sob aspectos da Legalidade e da Regularidade, da folha de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista da PGDF e DPDF. Férias. Indenização de Transporte. Conversão de licença-prêmio em pecúnia. Retribuição por subsídio. Decisão nº 4.683/2014: esclarecimentos sobre os Achados de Auditoria e comunicação ao Governador. Decisão nº 5.590/2015: determinações e ressarcimento ao erário. Embargos de declaração: Decisão nº 719/2016: provimento parcial. Pedido de Reexame interposto pela PGDF contra parte da Decisão nº 5.590/2015. Conhecimento. Decisão nº 4.211/2016: negativa de provimento. Representação por atraso. Decisão nº 6.182/2016: reiteração para cumprimento da Decisão nº 5.590/2015, com os ajustes promovidos pela Decisão nº 719/2016. Atual fase processual: análise de diligências. Instrução: cumprimento parcial e nova diligência. Parecer convergente, com adendo. Possíveis irregularidades no pagamento da indenização de transporte aos ocupantes do cargo de Defensor Público. Apuração. Nova diligência (Decisão 6044/2017 – fls. 1292/1294). Pronunciamento da PGDF e da DPDF. Atendimento parcial da decisão. Reiteração. Cumprimento parcial da Decisão nº 3657/2018. Reiteração. Nova determinação. Decisão TCDF 3839/20. Embargos de Declaração opostos pela DPDF. Rejeição – Decisão 4295/20. Novos Embargos agora pelo e. Governador do DF. Rejeição. EDs opostos pela PGDF – Provimento Parcial – D. 5080/20. Pedido de Reexame interposto pela DPDF. Conhecimento – D. 133/21. Novos Pedidos de Reexame interpostos pelo e. Governador de DF e pela PGDF. Conhecimento – D. 556/21. Pareceres 515/21 e 1041/23-G4P. Decisão Meritória Recursal 3301/24¹ na linha de parcialmente procedentes os Pedidos de Reexames interpostos. **FASE ATUAL – Deliberações ainda pendentes conforme Decisão 3839/20. Cumprimento**

¹ II - considerar, no mérito, **parcialmente procedentes os Pedidos de Reexame interpostos**: a) pela Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, em face do item VIII, alínea “b”, da Decisão n.º 3.839/2020, **para fins de recomendar** que, nos termos fixados na Decisão n.º 157/2019, **envie projeto de lei à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, reestruturando a carreira**, para prever a remuneração por subsídio; b) pelo Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, em face do item IX da Decisão n.º 3.839/2020, para fins de recomendar que seja encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF projeto(s) de lei(s) visando ajustar o sistema remuneratório das carreiras de Procurador do Distrito Federal e de Assistência Judiciária do Distrito Federal (essa em extinção) ao disposto nos arts. 39, § 4º, e 135 da Constituição Federal (remuneração por subsídio); c) pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, em face do item recorrido, tão somente para fins de afastar o alerta contido no item X da Decisão n.º 3.839/2020, in fine; III

apenas parcial. Novas determinações. Parecer parcialmente convergente. Ressalvas.

Tratam os autos a Auditoria de Regularidade tendo como objeto a averiguação da Gestão de Pessoal, analisada sob a ótica da regularidade dos aspectos financeiros da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF e da Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, abrangendo, dentre outras questões, férias, indenização de transporte, conversão de LPA em pecúnia e retribuição por subsídio.

2. Inicialmente, por meio da Decisão nº 4.683/2014, a Corte deliberou por remeter cópia do Relatório de Auditoria à PGDF, à DPDF e à SEAP/DF, e dos documentos de fls. 38/50 à PGDF e à DPDF, para apresentação dos esclarecimentos/justificativas pertinentes ou indiquem as eventuais providências adotadas com relação aos apontamentos da equipe de auditoria, bem como *“dar ciência ao Governador do Distrito Federal, para a adoção das medidas pertinentes, do descumprimento do art. 135 da CRFB (combinado com o § 4º do art. 39, também da Lei Maior), no que se refere à forma de remuneração das Carreiras Procurador do Distrito Federal, Defensor Público do Distrito Federal e Assistência Judiciária do Distrito Federal (esta em extinção)”*.

3. A Corte após examinar os documentos carreados aos autos, mediante Decisão nº 5.590/2015. Os Embargos de Declaração opostos foram parcialmente providos para conferir aos itens IV.i e VI.a.2, da Decisão nº 5.590/2015. A Decisão nº 5.590/2015, com os ajustes promovidos pela Decisão nº 719/2016, foi reiterada por meio da Decisão nº 6.182/2016, cujo cumprimento foi objeto de fase processual anterior, decidindo o TCDF (d. 6044/2017). Após nova análise com o qual concordou o MPC o e. TCDF decidiu nos termos da Decisão 3957/18. Nova manifestação proferia pelo CT teve concordância do MPC, como os adendos propostos no parecer 524/19. Decidiu o TCDF nos termos da d. 3839/20. Foram opostos Eds pela DPDF, PGDF e Governadoria, houve provimento parcial conforme Decisão 5080/20:

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – tomar conhecimento dos embargos de declaração opostos: 1) pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal (peça nº 288) contra o **item IX da Decisão nº 3839/2020**, para, no mérito, rejeitá-los, por ausência de omissão/contradição/obscuridade no voto condutor do mencionado decisum; 2) pela **Procuradoria-Geral do Distrito Federal** (peça nº 286) contra o **item X da Decisão nº 3839/2020**, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento,

esclarecendo à PGDF que os itens V e VI da Decisão n.º 3957/2018, este último reiterado pelo item X da Decisão n.º 3839/2020, não determinam que o mencionado órgão deflagre o respectivo processo legislativo para adequação do sistema de retribuição das Carreiras Procurador do Distrito Federal e Assistência Judiciária do Distrito Federal (essa em extinção) ao que determina a Constituição Federal de 1988, mas tão somente para que atue nos estritos limites de sua competência legal na solução da questão; (...)

4. Ato contínuo foram interpostos Pedidos de Reexame pela DPDF, PGDF e Governadoria do DF, que foram devidamente conhecidos². Houve manifestação do MPC por intermédio dos Pareceres 515/21 e 1041/23 -G4P. Assim manifestou-se o e. Relator :

Nesta fase: exame de mérito dos Pedidos de Reexame. Nurec/TCDF rerratifica a Informação n.º 098/2021 – NUREC, pelo provimento parcial do recurso, no sentido de reformar os itens VIII, “b”, IX e X da Decisão n.º 3.839/2020, conferindo o caráter de recomendação ao governador do DF e à PGDF. **Parecer ministerial parcialmente convergente, desprovimento dos pedidos de reexame, com determinações e alertas aos jurisdicionados. VOTO parcialmente convergente**, pelo conhecimento, em parte, dos três apelos. Decisão n.º 1.310/2024: **adiada a discussão da matéria em razão do pedido de vista dos autos formulado pelo Conselheiro Paulo Tadeu Vale da Silva. Voto de vista divergente, no sentido de negar provimento aos Pedidos de Reexame.** Reapresentação do feito nos termos do voto proferido na Sessão Ordinária n.º 5.377, de 24.04.2024, em homenagem ao princípio da separação dos poderes. Decisão n.º 2.979/2024: **adiada a discussão da matéria em razão do pedido de vista dos autos formulado pela Conselheira Anilcéia Machado. Voto de vista acompanhando o encaminhamento proposto pelo relator. Reapresentação do feito** nos termos do voto proferido nas Sessões Ordinárias n.ºs 5.377, de 24.04.2024 e 5.391, de 14.08.2024, em homenagem ao princípio da separação

² I – tomar conhecimento dos pedidos de reexame interpostos pelo Governador do Distrito Federal e pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF), tão somente contra a **Decisão nº 3839/2020**, conferindo efeito suspensivo aos **itens IX e X** da aludida deliberação. I - tomar conhecimento: a) da Informação nº 279/2020 – NUREC; b) do pedido de reexame interposto pela Defensoria Pública do Distrito Federal, tão somente em face da **Decisão nº 3.839/2020**, conferindo efeito suspensivo **ao item VIII, “b”**, da aludida decisão;

dos poderes, com ajustes redacionais. (...) “Vejam os fundamentos”:

Data máxima vênua ao Revisor, deixo de acompanhá-lo e mantenho o meu posicionamento externado na assentada pretérita e o faço pelas razões insertas no voto original, sem prejuízo de breves comentários que julgo pertinentes. A eles.

O revisor entende ser possível esta Corte de Contas exarar **determinação** ao Governador do DF em matéria cuja competência legislativa é privativa do chefe do Poder Executivo.

No meu sentir, neste terreno, a deliberação mais adequada seria **recomendação**. Isso porque trata-se, como dito, de **competência legislativa privativa** do Governador distrital e, por isso, não cabe ao Controle Externo adentrar nessa seara, sob pena de violação do princípio da separação dos poderes, previsto, como se sabe, nos arts. 2º 32 e no 61 em seu § 1º todos da Constituição Federal, reproduzidos por simetria nos arts. 71 e 100, § 1º da Lei Orgânica do Distrito Federal.

O Tribunal de Contas, reforço, não tem competência para determinar ao governador que inicie o processo legislativo em matéria de sua competência privativa, porquanto consubstancia-se em uma prerrogativa do próprio chefe do Executivo. Esta Corte de Contas pode, no entanto, fazer recomendações no sentido de sugerir melhorias ou correções, mas não tem autoridade para impor ao governador a deflagração de ações legislativas específicas. Isso consubstanciaria invasão na esfera de competência exclusiva do Executivo.

5. **Na linha do e. Relator decidiu a Corte (d.3301/24):**

II - considerar, no mérito, parcialmente procedentes os Pedidos de Reexame interpostos: a) pela Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, em face do item VIII, alínea “b”, da Decisão n.º 3.839/2020, para fins de **recomendar** que, nos termos fixados na Decisão n.º 157/2019, **envie projeto de lei** à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, reestruturando a carreira, **para prever a remuneração por subsídio**; b) pelo Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, em face do item IX da Decisão n.º 3.839/2020, para fins de **recomendar** que seja encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal – **CLDF projeto(s) de lei(s)** visando ajustar o sistema remuneratório das carreiras de Procurador do Distrito Federal e de Assistência Judiciária do Distrito Federal (essa em

extinção) ao disposto nos arts. 39, § 4º, e 135 da Constituição Federal (**remuneração por subsídio**); c) pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, em face do item recorrido, tão somente para **fins de afastar o alerta** contido no item X da Decisão n.º 3.839/2020, in fine;

6. Ato contínuo, foram juntados pela DPDF resultado de demanda judicial interposta. Na atua fase se aprecia documento judicial juntado³, bem como o cumprimento específico da D. 3839/20, ainda pendente de apreciação. No que se refere ao processo judicial, foi informado que o MS teve sua LIMINAR concedida e **confirmada no mérito**:

“(...) Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar, para determinar à d. Autoridade impetrada **que abstenha-se de exigir quaisquer atos de cobrança dos associados à Impetrante, relativos aos valores tratados pela Decisão nº 3839/2020 (item V⁴)**, ato acoimado de coator. (...)”

7. Assim, a demanda judicial foi **encerrada⁵. Ficando definido no Acórdão 1405596 o seguinte:**

³ A Associação dos Defensores Públicos do Distrito Federal impetrou, no egrégio TJDF, **Mandado de Segurança (0744587-02.2020.8.07.0000) contra a Decisão nº 3839/2020, com pedido de liminar, objetivando anulá-la**

⁴ **V – reiterar novamente à DPDF, para cumprimento em 30 (trinta) dias, a medida requerida no item “1.III.b”, da Decisão nº 3957/2018, qual seja: “apresente a documentação comprobatória acerca do completo cumprimento do disposto no item III “a.2” do Relatório de Auditoria n.º 5/2014 (adicional de férias com base de cálculo superior ao teto constitucional vigente à época do usufruto das férias), especialmente após a apuração dos valores a serem ressarcidos, noticiados no documento de fls. 1243/1248, quanto aos servidores: Esequiel Santos Moreira, Fernando Antônio Calmon Reis, Fernando Boani Paulucci Junior, Fernando dos Santos Ribeiro, Jairo Lourenço de Almeida, José Wilson Porto, Luis Cláudio Varejão de Freitas, Marco Aurélio Alves de Oliveira, Marilda Alves Caetano, Osli Barreto Camilo, Ricardo Batista Sousa, Ricardo Ruivo Moreira de Oliveira, Roberto Oliveira Coimbra e Sérgio Murillo Freitas de Paula”;**

⁵ DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. ASSOCIAÇÃO. SERVIDORES PÚBLICOS. AUDITORIA DE REGULARIDADE. TCDF. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. VALORES PAGOS A MAIOR. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA. ADICIONAL DE FÉRIAS. TETO CONSTITUCIONAL. ERRO DE CÁLCULO DA ADMINISTRAÇÃO. TEMA 1.009 DO STJ. RECEBIMENTO DE BOA-FÉ. IRREPETIBILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. A hipótese dos autos cuida de auditoria de regularidade realizada pelo TCDF no ano de 2014, a qual constatou que a Defensoria Pública do DF não havia considerado a aplicação do correspondente teto remuneratório no pagamento do adicional de férias calculado sobre o vencimento básico integral dos Defensores Públicos que gozaram férias entre janeiro e outubro de 2012, nos termos da novel legislação – Lei Complementar distrital nº 840/2011; 1.1. Em decisão prolatada no ano de 2018, a e. Corte de Contas determinou o ressarcimento dos valores recebidos a maior, bem como a intimação dos servidores para que apresentassem defesa.

(..)

2. Em julgado proferido em sede de repetitivos (Tema 1.009), o e. STJ fixou a tese de que os pagamentos indevidos a servidores públicos, decorrentes de erro administrativo (operacional ou de cálculo), estão sujeitos à devolução, ressalvadas as hipóteses em que o beneficiário comprove a sua boa-fé objetiva; 2.1. O acórdão representativo da controvérsia modulou seus efeitos para estabelecer que a prova da boa-fé objetiva no recebimento das parcelas, a cargo do servidor, só se mostra exigível a partir da publicação do julgado, ocorrida em 19/05/2021, o que não alcança a hipótese dos autos, eis que o *mandamus* foi impetrado originariamente em 02/10/2020.

3. A partir de tal baliza e segundo jurisprudência pacífica dos Tribunais pátrios, caberia à Administração fazer prova da má-fé dos servidores, eis que sobre ela não há presunção, ou que, dos elementos coligidos aos autos, ficasse demonstrado que era possível aos servidores constatar, de plano, o pagamento indevido, ou que houvessem, de alguma forma, concorrido para o erro da Administração, hipótese que não se verifica nos autos.

4. O princípio da legalidade não é absoluto e sofre temperamentos em razão de outros princípios de direito público de igual hierarquia, sendo que tal premissa decorre do modelo de Estado Democrático de Direito adotado pela Constituição Federal, princípio maior e fonte de onde se origina um amplo espectro de garantias constitucionais que determinam a atuação da Administração Pública em conformidade com o direito, este entendido como a totalidade do sistema de fontes que constitui o ordenamento jurídico.

5. Em razão disso, a previsão legal de repetição de indébito, dirigida a servidor público distrital, constante do art. 120 da Lei Complementar nº 840/2011, deve ser conjugada com outros princípios administrativos igualmente relevantes, concluindo-se que a restituição de verba alimentícia paga indevidamente (a servidor público), só é possível quando percebida em evidente má-fé ou quando esse concorre diretamente para o erro da Administração Pública.

6. Ordem concedida.

8. Na fase atual, objetivando dar cumprimento à **D. 3839/20**, as Jurisdicionadas enviaram os documentos comprobatórios e informações pertinentes, presentes nas peças 316, 317, 433 e 434 (**PGDF**); a **DPDF**, os presentes nas peças 313 a 315, 417 a 424 e 428 a 432. **Em apreciação**, conclui a Unidade Instrutiva:

34. Como se observa, as informações e os documentos apresentados pelas jurisdicionadas foram considerados, em sua grande maioria, satisfatórios, **à exceção** de itens pontuais cujo cumprimento será objeto de novas determinações ou recomendações.

9. Da mesma forma entende o MPC que houve o **devido cumprimento** da decisão Plenária (**D. 3839/20**), no que diz respeito aos itens **III.b⁶, V⁷, e VIII.a⁸**. Porém, quando ao **item VI⁹**, houve apenas parcialmente seu cumprimento, devendo ser objeto de nova determinação, a saber:

⁶ **III** – ter por cumpridos: (..); **b)** pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, os itens “1.IV”, alíneas “a” e “d”, da Decisão nº 3957/2018, **com a ressalva de que a parcela PCAUPORT paga à servidora Maria do Carmo Pereira das Neves merece ajustes.**

⁷ **V** – **reiterar novamente** à DPDF, para cumprimento em 30 (trinta) dias, a medida requerida no item “1.III.b”, da Decisão nº 3957/2018, qual seja: “apresente a documentação comprobatória acerca do completo cumprimento do disposto no item III “a.2” do Relatório de Auditoria n.º 5/2014 (adicional de férias com base de cálculo superior ao teto constitucional vigente à época do usufruto das férias), especialmente após a apuração dos valores a serem ressarcidos, noticiados no documento de fls. 1243/1248, quanto aos servidores: Esequiel Santos Moreira, Fernando Antônio Calmon Reis, Fernando Boani Paulucci Junior, Fernando dos Santos Ribeiro, Jairo Lourenço de Almeida, José Wilson Porto, Luis Cláudio Varejão de Freitas, Marco Aurélio Alves de Oliveira, Marilda Alves Caetano, Osli Barreto Camilo, Ricardo Batista Sousa, Ricardo Ruivo Moreira de Oliveira, Roberto Oliveira Coimbra e Sérgio Murillo Freitas de Paula”.

⁸ **VIII** – **determinar** à: **a)** Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, no tocante ao item “1.IV.b” da Decisão nº 3957/2018 (adicional de férias com base de cálculo superior ao teto constitucional), acompanhe o deslinde do Mandado de Segurança nº 0720080-45.2018.8.07.0000, até seu trânsito em julgado, adotando as providências que porventura se fizerem necessárias.

⁹ **VI** – **reiterar novamente** à PGDF, para cumprimento em 30 (trinta) dias, estas medidas (já ajustadas), relativamente aos seguintes itens da Decisão nº 3957/2018: a) “item 1.IV.c”, que **reiterou** o item “V.c” da Decisão nº 6044/2017: **“haja vista o que foi decidido pelo e. TJDF na ADI 2006.002.001827-0, regularize, dispensando eventual repetição do indébito, nos termos do Enunciado n.º 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF, a situação dos servidores/instituidores quanto ao reenquadramento na carreira a qual pertenciam antes da entrada em vigor da Lei n.º 2.715/2001 (Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental - antiga Carreira de**

III. determinar à Procuradoria Geral do DF e ao Instituto de Previdência dos Servidores do DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias:

a. regularizem, haja vista o que foi decidido pelo e. TJDF na ADI 2006.002.001827-0¹⁰, dispensando eventual repetição do indébito (Enunciado 79 -TCDF), a situação dos servidores/instituidores

Administração Pública): Matrícula do Servidor nº 4557-8, Edna Baker, Inativo; Matrícula do Servidor nº 17205-7, Francisco Martins dos Santos, Inativo; Matrícula do Servidor nº 15951-4, Leonel Arruda, Inativo; Matrícula do Servidor nº 26934-4, Matrícula do Instituidor nº 10763-8, Aurora Olimpia R. do Nascimento, Pensionista; Matrícula do Servidor nº 108368-6, Matrícula do Instituidor nº 11716-1, Emiliana Fernandes Lima, Pensionista; Matrícula do Servidor nº 107087-8, Matrícula do Instituidor nº 13980-7, Esilda Juarez, Pensionista; Matrícula do Servidor nº 107564-0, Matrícula do Instituidor nº 11236-4, Filgia Lucia De Lima, Pensionista; Matrícula do Servidor nº 37678-7, Matrícula do Instituidor nº 1411-7, Francisca Matias de O. da Cruz, Pensionista; Matrícula do Servidor nº 33169-4, Matrícula do Instituidor nº 17361-4, Jovina Lopes Sales, Pensionista; Matrícula do Servidor nº 106990-X, Matrícula do Instituidor nº 11236-4, Lim Tjhoi Lan, Pensionista; Matrícula do Servidor nº 1070908, Matrícula do Instituidor nº 13980-7, Maria Adriano Carvalho, Pensionista; Matrícula do Servidor nº 1653215- 5, Matrícula do Instituidor nº 14117, Valesca Adriana Cruz, Pensionista; Matrícula do Servidor nº 47497-5, Matrícula do Instituidor nº 320-4, Zuleide Magalhães, Pensionista;"

b. "item 1.IV.e": encaminhe a esta Corte de Contas, com a celeridade que o caso requer, a conclusão do Processo SEI 00020-00037748/2018-2, no qual deve ser assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa à interessada, bem como as medidas dela decorrentes, acaso necessárias. Caso se depare com qualquer manobra da interessada para procrastinar o andamento do referido processo, suspenda o pagamento do seu benefício;

¹⁰ Acórdão 259129 em 23/11/2006 - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 8º E 9º DA LEI DISTRITAL Nº 2.715, DE 01/06/2001. TRANSPOSIÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES DE UM CARGO PÚBLICO PARA OUTRO DE CARREIRA DIVERSA, SEM A NECESSÁRIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL FRENTE À LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. PROCEDÊNCIA.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, pelo princípio da simetria, é competente para processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo distrital em face da Lei Orgânica do Distrito Federal, que tem status de Constituição Estadual. (...) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração (art. 19, inciso II, da LODF). Os artigos 8º e 9º da Lei Distrital n. 2715, de 01/06/2001 são manifestamente inconstitucionais, por promoverem transposição funcional dos servidores da Carreira Administração Pública do Distrito Federal e Assistência Pública em Serviços Sociais, para cargo público de carreira diversa - Carreira Apoio às Atividades Jurídicas, sem a necessária aprovação em concurso público, como determina a Lei Orgânica do DF. Declarada, com efeitos extunc e erga omnes, a inconstitucionalidade material dos artigos 8º e 9º da Lei Distrital nº 2.715, de 01/06/2001.

quanto ao reenquadramento na carreira a qual pertenciam antes da entrada em vigor da Lei n.º 2.715/2001 (Carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental - antiga Carreira de Administração Pública), enviando documentação comprobatória: Matrícula do Servidor nº 4557-8, Edna Baker, Inativo; Matrícula do Servidor nº 107564-0, Matrícula do Instituidor nº 11236-4, Filgia Lucia De Lima, Pensionista; Matrícula do Servidor nº 106990-X, Matrícula do Instituidor nº 11236-4, Lim Tjhoi Lan, Pensionista; Matrícula do Servidor nº 1070908, Matrícula do Instituidor nº 13980-7, Maria Adriano Carvalho, Pensionista; e Matrícula do Servidor nº 47497- 5, Matrícula do Instituidor nº 320-4, Zuleide Magalhães, Pensionista;

b. encaminhem a esta Corte de Contas, com a urgência que o caso requer, a conclusão do Processo SEI 00020-00037748/2018-2, que apura se a pensionista de matrícula 00388173 permanece com direito ao benefício, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa, podendo, se necessário, suspender o pagamento da pensão até seu comparecimento;

10. Importante mencionar resposta da PGDF à determinação contida no item VI da Decisão 3839/20:

19. A PGDF enviou como resposta a esse item a peça: 316. Porém, afirma tão somente que a competência para tanto atualmente cabe ao IPREV-DF, sem apresentar esclarecimentos ou mesmo a resposta do outro órgão (..)

11. Ante o exposto, o Ministério Público de Contas opina, com ressalvas, pelo **acolhimento** da sugestão emanada da Área Técnica. **Em adendo** o MPC ratifica manifestação nos autos, Parecer 524/19, onde defendeu a necessidade de devolução de parcelas indevidamente recebidas, cabendo aqui lembrar entendimento manifesto no parecer 667/2014 (Estudos especiais acerca da obrigatoriedade (ou não) de devolução de verbas percebidas em face de decisão judicial posteriormente cassada/reformada).

É o parecer.

Brasília-DF, 05 de fevereiro de 2025.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora